

**MOBILIDADES ESPACIAIS, MIGRAÇÕES, PERMANÊNCIAS TRANSITÓRIAS E
TRÂNSITOS PERMANENTES: ESTUDOS DOS PROCESSOS E FORMAS
SOCIOESPACIAIS**

***MOVILIDADES ESPACIALES, MIGRACIONES, PERMANENCIAS TRANSITORIAS Y
TRÁNSITOS PERMANENTES: ESTUDIOS DE PROCESOS Y FORMAS
SOCIOESPACIALES***

***SPATIAL MOBILITIES, MIGRATIONS, TRANSIENT STAYS AND PERMANENT
TRANSITS: STUDIES OF SOCIO-SPATIAL PROCESSES AND FORMS***



Elicardo Heber de Almeida BATISTA¹
e-mail: elicardoheber@yahoo.com.br

Como referenciar este artigo:

BATISTA, E. H. A. Mobilidades espaciais, migrações, permanências transitórias e trânsitos permanentes: estudos dos processos e formas socioespaciais. **Revista Geografia em AtoS**, Presidente Prudente, v. 09, n. 00, e025009. e-ISSN: 1984-1647. DOI: 10.35416/2025.10631



| Submetido em: 06/09/2024
| Revisões requeridas em: 21/08/2025
| Aprovado em: 22/08/2025
| Publicado em: 10/10/2025

Editores: Prof. Dr. Nécio Turra Neto
Profa. Me. Karina Malachias Domingos dos Santos

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Ituiutaba – Minas Gerais (MG) – Brasil. Professor do Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (DCS) e professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGEF na Universidade Federal de Uberlândia (ICHPO/UFU).

RESUMO: A dinâmica populacional, com ênfase no par migração e permanência, que devem ser entendidas, ambas, como fenômenos complementares e multideterminados sempre estiveram presente no campo acadêmico. Entretanto, pelo dinamismo inerente as mais distintas sociedades, a migração e a permanência são fatos sociais totais que podem auxiliar na compreensão dos modos como são produzidas e reproduzidas as relações socioespaciais na sociedade contemporânea, sobretudo no início do século XXI. Pesquisas com essas temáticas na Geografia humana podem apresentar dinâmicas específicas ou até mesmo gerais, dentre elas, as dinâmicas populacionais. Este texto é resultado de uma reflexão a partir de uma leitura interdisciplinar sobre mobilidades e migrações (pesquisa bibliográfica) e resultados de pesquisas que produziram evidências empíricas. Espera-se com este texto contribuir para o debate sobre mobilidades espaciais, migrações, permanências transitórias e trânsitos permanentes. Por fim, revisitar debates, alguns já cristalizados no campo acadêmico, mas carentes de atualizações, sobretudo na Geografia da População.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade espacial. Migração. Permanência. Trânsitos permanentes. Permanências transitórias.

RESUMEN: Las dinámicas poblacionales, con énfasis en la migración y la permanencia, que deben entenderse como fenómenos complementarios y multideterminados, siempre han estado presentes en el ámbito académico. Sin embargo, debido al dinamismo inherente a las más diversas sociedades, la migración y la permanencia son hechos sociales totales que pueden ayudar a comprender las formas en que se producen y reproducen las relaciones socioespaciales en la sociedad contemporánea, especialmente a principios del siglo XXI. Este texto es el resultado de una reflexión basada en una lectura interdisciplinaria sobre movilidad y migración (investigación bibliográfica) y resultados de investigaciones que produjeron evidencia empírica. Investigaciones sobre estos temas en geografía humana puede presentar dinámicas específicas o incluso generales, incluida la dinámica demográfica. se espera que este artículo contribuya al debate sobre movilidades espaciales, migraciones, estancias temporales y tránsitos permanentes. Y, por último, revisitar debates, algunos ya cristalizados en el ámbito académico, pero necesitados de actualizaciones, especialmente en Geografía de Poblaciones.

PALABRAS CLAVE: Movilidad espacial. Migración. Permanencia. Tránsitos permanentes. Permanencias transitorias.

ABSTRACT: Population dynamics, with emphasis on migration and permanence, must be understood both as complementary and a multi-determined phenomenon, have always been present in the academic field. However, due to the dynamism inherent to the most diverse societies, migration and permanence are total social facts that can help to understand the ways in which socio-spatial relations are produced and reproduced in contemporary society, especially at the beginning of the 21st century. Research on these themes in human geography may present specific or even general dynamics, including population dynamics. This text is the result of a reflection based on an interdisciplinary reading of mobility and migration (bibliographic research) and research findings that have produced empirical evidence. This text hopes to contribute to the debate on spatial mobility, migration, temporary stays, and permanent transits. Finally, it revisits debates, some already established in the academic field but in need of updating, especially in population geography.

KEYWORDS: Spatial mobility. Migration. Permanence. Permanent transits. Transient stays.

Introdução

As migrações (internas e internacionais) e suas mais distintas tipologias, espacialidades e temporalidades estão e permanecem na ordem do dia, presentes tanto nas tramas socioespaciais dos países quanto nas agendas de pesquisa no campo acadêmico. Essa permanência se explica por, pelo menos, um grande fator basilar: pela generalidade desses fenômenos sociais que ocorrem em distintos espaços, ainda que tenham características específicas e expressões distintas, com padrões, mas também especificidades, que se apresentam nas estruturas e dinâmicas sociais de todos os países, sejam os ricos do “norte” ou os pobres do “sul” (Baeninger, 2015; Baganha, 2004; Brito, 1996; Levy, 2002; Menezes, 2002; Póvoa Neto, 1997; Sassen, 2010; Sayad, 1998; Todaro, 1969).

Como pesquisador visitante no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, sediado na Universidade de Coimbra, em Portugal, no âmbito de um projeto de cooperação binacional, pode-se observar as dinâmicas populacionais na experiência portuguesa e constatar o problema do esvaziamento de Portugal (desertificação social), particularmente do interior (denominado Portugal profundo) e da concentração populacional no litoral, ao mesmo tempo em que o país enfrenta o problema da imigração ilegal, especialmente de famílias e indivíduos oriundos do leste europeu (Ucrânia), das ex-colônias portuguesas na África e do Brasil. As migrações e suas distintas tipologias sempre fizeram parte da dinâmica populacional portuguesa e são parte constitutiva da estrutura social. Entretanto, é expressiva, na dinâmica populacional portuguesa, uma progressiva diminuição das populações residentes nas áreas rurais e da população total do país como resultado das migrações internacionais em contexto de crise. Em passagens por Noisy-le-Sec (periferia de Paris), a migração ilegal também é um fenômeno consideravelmente expressivo. Nos grupos acadêmicos de pesquisa europeus, as migrações, os fluxos, os sentidos e os significados desses processos são recorrentes.

No caso brasileiro, a migração e suas distintas tipologias permanecem nas agendas de pesquisa por também serem processos socioespaciais consideravelmente presentes na estrutura social brasileira e por comporem parte significativa das transformações estruturais da sociedade, notadamente das relações entre os processos de (re)distribuição populacional, de (re)distribuição das atividades econômicas, das assimetrias regionais e dos problemas ligados à ausência de coesão social e econômica. Por isso, em experiências locais, permanece a importância de entender as mobilidades espaciais, as migrações, as permanências transitórias e os trânsitos permanentes dentro de um contexto histórico e social específico, considerando o ambiente social e econômico em que os grupos sociais e as famílias estão imersos e suas

trajetórias sociais e de mobilidade espacial, às vezes também de mobilidade social. Entretanto, deve-se ater a cada fenômeno estudado e atentar para os seus significados. Devem-se considerar também, nessas análises, os elementos mais gerais, tais como as dinâmicas da economia, entendendo que períodos de crescimento econômico ou de crises (econômicas) podem interferir nas dinâmicas migratórias (fluxos) ou até mesmo na permanência dos possíveis migrantes (indivíduos ou famílias) nos lugares de vida. O aporte teórico permite analisar as mobilidades espaciais, as migrações rurais-rurais, rurais-urbanas, urbanas-rurais, as áreas de evasão e de ganho populacional e a etapa da reestruturação produtiva, com destaque para a presença de novos processos migratórios (Baeninger, 2015), representados pelas trajetórias migratórias selecionadas e circularidades no âmbito do conjunto das relações. Todo processo migratório corresponde à mobilidade espacial, mas nem sempre a mobilidade espacial corresponde ao fenômeno da migração.

A mobilidade espacial (entre elas a *migração*, seus vários tipos e as *circularidades*) deve ser entendida como fenômeno construído socialmente e multideterminado (pela sociedade, pela economia, por governos nacionais e internacionais, por questões ambientais etc.), presente em diferentes contextos sociais do e no espaço. Entretanto, em pesquisa sobre migrações, deve-se ter a sensibilidade para entender os elementos materiais e imateriais por trás da escolha entre a permanência e a partida. Não raro, a mobilidade espacial é vista pelos agentes do processo como uma possibilidade de mobilidade social (ascendente), ainda que não haja necessariamente uma relação entre os dois tipos de mobilidade — a espacial e a social —, representando muito mais a possibilidade de expressar a pobreza (e suas várias faces) e a inclusão precária nas áreas de destino.

Entender os referidos fenômenos sociais, a partir de estudos específicos no Brasil (nas estruturas, tramas, relações e práticas sociais, nos ritmos de vida, nos cenários, nos lugares de estar, trabalhar e viver), pode auxiliar na compreensão dos processos sociais, tanto em uma perspectiva micro quanto no entendimento de fenômenos mais gerais, como, por exemplo, na dinâmica da economia ou de políticas governamentais que, indiretamente, podem ter o efeito de (re)configurar os fenômenos migratórios, como, por exemplo, as políticas públicas e, de forma mais específica, as políticas sociais. Entretanto, deve-se ter clareza de que as dinâmicas populacionais, dentre elas, as mobilidades espaciais, as migrações e suas mais distintas tipologias, assim como as permanências (imobilidade), são processos sociais multideterminados ou fatos sociais totais, que devem ser captados em pesquisas que possibilitem compreender os diversos elementos subjacentes às migrações e permanências, bem

como os significados de ambos para os agentes sociais do processo. Este texto é resultado de uma reflexão a partir de uma leitura interdisciplinar sobre as temáticas *mobilidades e migrações* (pesquisa bibliográfica), bem como dos resultados de pesquisas que produziram evidências empíricas sobre as já referidas temáticas, considerando, sobretudo, a experiência brasileira (com destaque para as pesquisas de campo e, dentro destas, a realização de um conjunto de entrevistas semiestruturadas). Apresentará ao leitor(a) um debate sobre mobilidades espaciais, migrações, permanências transitórias e trânsitos permanentes. E, por fim, revisitará debates — alguns já cristalizados no campo acadêmico, mas carentes de atualizações —, sobretudo na Geografia da População, principalmente no que diz respeito às migrações e seus múltiplos significados no início do século, tanto materiais quanto imateriais, além das áreas de atração e repulsão.

Mobilidade espacial e migrações

A mobilidade espacial e seus mais distintos tipos, entre eles, a migração, não são fenômenos novos. Experiências locais no Brasil apontam para o fenômeno da migração como contínuo e parte das estratégias de reprodução social, inclusive como indutor da permanência das famílias de migrantes (sobretudo os temporários) em suas localidades de origem.

As temáticas da migração e da permanência são recorrentes nas pesquisas desenvolvidas no campo acadêmico, sobretudo na Antropologia, Geografia, Sociologia, Psicologia Social, dentre outras ciências que, de forma consensual ou não, têm empreendido consideráveis esforços para entender os sentidos, os contextos e, ainda em menor proporção, os significados dos deslocamentos populacionais nos mais diversos contextos empíricos.

No caso específico da migração, a permanente presença dessa temática no campo acadêmico brasileiro pode ser entendida pelo fato de que a mobilidade no espaço, em tempos distintos e com distintas temporalidades e significados, é um aspecto consideravelmente marcante na dinâmica nacional. No que concerne às famílias (perspectiva micro), a movimentação espacial foi e permanece sendo um elemento constitutivo das mais distintas estratégias de reprodução social, ainda que com naturezas diversas, conforme a realidade de cada grupo familiar — seja o da elite, da classe média ou o dos mais carentes em recursos monetários —, o que mostra a relevância da migração para os mais distintos estratos da sociedade brasileira, mesmo que esses deslocamentos possam apresentar diferentes sentidos e

significados (Becker, 1997; Brito, 2009; Fazito, 2010; Felix, 2008; Gaudemar, 1997; Maia, 2004; Woortmann, 1990).

Para Bauman (1999, p. 8) a “imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança”. Nessa perspectiva mais extrema, a mobilidade espacial é um fenômeno cada vez mais presente na dinâmica das mais distintas sociedades, como um processo social que provoca rearranjos, uma vez que o deslocamento de indivíduos (e acrescentaria famílias) representa transpor uma série de fronteiras — não apenas geográficas, mas também culturais, políticas e linguísticas (sobretudo no caso dos imigrantes internacionais) —, que transformam sociedades desde uma escala local até o nível de um país.

Nas sociedades contemporâneas, inseridas em redes sociais, técnicas e informacionais, os indivíduos experienciam uma multiplicidade de lugares em circunstâncias e com intencionalidades distintas, viabilizadas pelas mobilidades espaciais (dentre elas, as migrações).

A mobilidade espacial (entre elas a migração, seus vários tipos e as circularidades) deve ser entendida como fenômeno construído socialmente e multideterminado (pela sociedade, pela economia, por governos nacionais e internacionais, por questões ambientais etc.), presente em diferentes contextos sociais. Entretanto, em pesquisas sobre migrações, deve-se ter a sensibilidade para entender os elementos materiais e imateriais por trás da escolha entre a permanência e a partida. Não raro, a mobilidade espacial é vista pelos agentes do processo como uma possibilidade de mobilidade social (ascendente), ainda que não haja necessariamente uma relação entre os dois tipos de mobilidade — a espacial e a social —, representando muito mais a possibilidade de expressar a pobreza (e suas várias faces) e a exclusão social. Entretanto, em contextos de deslocamentos forçados, deve-se atentar para os elementos que estão por trás da saída compulsória: políticas governamentais, reestruturação econômica e espacial, expansão agressiva do agronegócio etc.

O migrante é uma categoria diversificada, produzida e reproduzida no contexto de uma série de relações (familiares, com o mercado de trabalho, com a sociedade em geral), mas, em ambientes sociais pouco dinâmicos, as mobilidades espaciais e as migrações têm grande peso como uma possível garantia das condições materiais necessárias à própria existência do indivíduo e de seu grupo familiar.

Diante de um cenário com poucas oportunidades de geração de renda e baixo dinamismo do mercado de trabalho (crise econômica), as pessoas são impelidas a adotar a mobilidade espacial como uma estratégia de reprodução social de seu grupo. As circularidades, a migração e o migrante são produzidos, portanto, como resultado de um determinado ambiente econômico,

e as mobilidades espaciais, dentre elas as migrações, surgem como uma possibilidade de ampliar novas experiências de trabalho e de vida, bem como de buscar alternativas para proporcionar melhores condições materiais a seu grupo familiar, mesmo que, para isso, seja necessário se distanciar de seus lugares de vida, empobrecendo as relações com seu grupo de afeto (família, amigos, vizinhos etc.).

Mesmo a mobilidade espacial ou a migração, para usarmos termos convencionais, tendo uma abordagem interdisciplinar, há uma tendência predominante de um enfoque macroestrutural no processo de entendimento da dinâmica dos fluxos populacionais (Menezes, 2002). No sentido mais amplo e mais vago, a migração é um dos vários tipos de mobilidade espacial e pode ser entendida como o movimento de relocação de pessoas de uma região para outra, que ocorre de formas distintas, influenciado por vários fatores (multideterminado), dentre eles, a possibilidade de obter emprego e renda, ascensão social, acesso aos meios de transporte, entre outros fatores.

As análises econômicas e demográficas em torno do fenômeno da migração tendem a explicar o processo a partir da ideia de fatores de atração e repulsão (Sassen, 2010). Dentro dessa perspectiva, a pobreza econômica, a ausência de um mercado de trabalho (formal e até mesmo informal) e os baixos salários seriam alguns dos indicadores que configurariam um cenário de repulsão (local de origem dos migrantes). Determinadas regiões seriam, portanto, mais repulsivas devido a seu ambiente social e econômico. A ausência de um mercado de trabalho dinâmico seria um dos elementos centrais que configurariam o fenômeno da repulsão.

Particularmente, trata-se de uma ideia economicista de atração e repulsão já cristalizada em grande parte das pesquisas sobre migrações, mas que deve ser melhor analisada. Uma das hipóteses que deve ser mais bem investigada se dá na medida em que, ao tentar entender os significados das migrações para os próprios agentes do processo, as ideias de fatores de atração e repulsão não se sustentam se sairmos de uma ótica mais economicista de análise dos processos sociais. Ou seja, deve-se considerar o dinamismo do mercado de trabalho e a possibilidade de ter um rendimento como fator propulsor das migrações, mas também os elementos materiais e imateriais por trás da escolha pela partida e/ou até mesmo pela permanência (ainda que transitória).

Nas Ciências Humanas, sobretudo nas Ciências Sociais, a migração surge com diversas expressões em tempos e espaços distintos, não havendo apenas uma única definição para o fenômeno. Esse fato cria um obstáculo à sua compreensão, o que, em grande medida, dificulta, por exemplo, a sistematização e o levantamento de dados e estimativas a ele relacionados e, de

forma mais problemática, coloca em xeque o próprio valor heurístico do conceito de migração. No entanto, as ideias de regiões de atração e de regiões de repulsão quase sempre estão presentes nesses estudos, com raras exceções.

As obras nacionais e internacionais sobre o tema “migração” apontam que os fluxos migratórios detêm algumas características universais e estruturalmente parecidas. Entretanto, cada fluxo migratório ocorre dentro de uma particularidade histórica e social. Os deslocamentos humanos são influenciados por relações sociais, culturais, econômicas, políticas e até mesmo ambientais, muitas vezes bastante diferentes.

Os processos sociais em torno da migração são envoltos por determinadas particularidades que dotam o fenômeno de características muito específicas, mesmo que alguns elementos se repitam, como, por exemplo, a busca por melhores condições de vida entre os mais diversos fluxos migratórios em sociedades consideravelmente distintas. Nesse sentido, os diferentes significados das migrações devem ser melhor captados e analisados com a produção de evidências baseadas em metodologias qualitativas.

Migração é recorrentemente utilizada como sinônimo de mobilidade espacial (Becker, 1997), na qual se envolve parcela de uma determinada população, tendo como resultado um conjunto de alterações nos ambientes social (relação entre pessoas), produtivo (relações de produção) e físico. Como um processo social, provoca rearranjos, uma vez que o deslocamento de indivíduos (acrescentaria famílias) representa transpor uma série de fronteiras, não apenas geográficas, mas também culturais, políticas e linguísticas (sobretudo no caso dos imigrantes internacionais). Sendo assim, tanto para os que migram quanto para os que permanecem, assim como para as localidades de origem e destino dos agentes sociais envolvidos, o fenômeno adquire um conjunto diverso de significados.

Os elementos que interferem nas dinâmicas de mobilidade espacial são diferentes a partir de determinadas realidades históricas. Um dos primeiros estudos sobre o tema foi realizado por Ravenstein (1885), na Grã-Bretanha, que publicou seus resultados apresentando as “leis empíricas da migração” para explicar processos gerais de deslocamentos populacionais, considerando determinados elementos como tecnologia, sexo, fatores econômicos etc., e também determinadas dinâmicas populacionais ocorridas na Grã-Bretanha que não se repetem necessariamente em outras realidades empíricas ou que ocorreram em contextos históricos e sociais muito concretos e distintos.

Pela “lei da distância”, presente no trabalho de Ravenstein, a maioria das mulheres tendia a fazer movimentos de curta distância, diferentemente dos homens, cujos deslocamentos

eram mais longos. Os fatores que configurariam essa dinâmica populacional estariam ligados aos custos mais altos da migração, às questões materiais e às informações. O distanciamento da localidade de origem ampliaria as incertezas e os custos de ser migrante. Fatores psíquicos e de adaptação em uma nova residência ou novo emprego poderiam também interferir no processo migratório.

Outro ponto levantado por Ravenstein (1885) é a migração por etapas, como uma alternativa para diminuir os custos relativos aos distanciamentos. No caso dos migrantes rurais, por exemplo, primeiro migrariam para cidades de pequeno e médio porte para, em uma outra etapa, chegar às grandes cidades. Esse processo era facilitado em decorrência da existência de novas tecnologias e melhorias dos meios de transporte, inclusive possibilitando a quebra de certas etapas do processo migratório, como, por exemplo, migrantes rurais que migravam diretamente para as cidades médias antes de chegarem às grandes cidades.

Se a aplicação da ideia de etapas migratórias (migrações mais curtas seguidas de outras mais longas) já não é totalmente adequada para entender os fenômenos migratórios contemporâneos, haja vista as mudanças/melhorias nos sistemas de transportes e informações que facilitam a migração de longa distância por pessoas ou famílias que detêm recursos para tal empreendimento, há dois elementos no estudo de Ravenstein que, direta ou indiretamente, estão presentes em quase todas as pesquisas sobre as dinâmicas populacionais: a existência de correntes e contracorrentes migratórias (migrantes de retorno).

As dinâmicas migratórias para a realidade europeia (nesse caso, a Grã-Bretanha) seriam caracterizadas por movimentos populacionais de idas e retornos. Ao se deslocarem para determinadas direções (corrente), haveria, para os migrantes, um movimento na direção contrária (contracorrente), ainda que com menor intensidade. Apesar de um conjunto de variáveis presentes no processo migratório (idade, sexo, distâncias etc.), o autor considerava o fator econômico como o principal determinante do processo.

Os estudos de Ravenstein foram realizados no contexto da Revolução Industrial, numa época em que a migração para as cidades configurava uma possibilidade para a obtenção de melhores salários nas regiões urbano-industriais, confirmando a premissa de que as correntes migratórias tinham principalmente motivações econômicas. Justamente por ser marcado pelo contexto, o clássico trabalho de Ravenstein serve para mostrar como comportamentos migratórios (individuais ou coletivos) são influenciados por ambientes socioeconômicos muito específicos e caracterizados pelas particularidades de uma determinada época/recorte histórico.

Três abordagens (complementares ou suplementares) podem ser utilizadas para estudar a migração:

- 1 – A partir do olhar do indivíduo (abordagem microestrutural/modelos neoclássicos);
- 2 – Abordagem histórico-estrutural (conjuntura econômica e social vigente);
- 3 – Perspectiva domiciliar (a partir do olhar das famílias ou dos domicílios, que passam a ser o elemento referencial para o entendimento e a análise dos processos migratórios).

Alguns estudos tendem a explicar os movimentos migratórios sob o modelo neoclássico, que entende a migração como uma opção do indivíduo após calcular racionalmente os custos ou benefícios dessa decisão. Faz parte desse cálculo o retorno financeiro e material dentro de um determinado recorte de tempo, considerando os gastos com a migração e os possíveis ganhos na localidade de destino. As possibilidades de conseguir emprego e obter renda são altamente consideradas no processo decisório pela migração (Massey, 1990), assim como as influências de determinados custos (moradia, alimentação, transportes etc.) e benefícios (emprego, melhores salários, condições de vida etc.).

Contudo, essa análise parece apresentar consideráveis limites. Na decisão por migrar, não parece haver uma separação entre família e indivíduo. Ainda que a migração de toda a família seja menos comum que a individual, e que esta esteja relacionada a um conjunto de fatores internos ao próprio grupo da família de origem (número de pessoas, tamanho do patrimônio fundiário familiar, renda, escolaridade dos membros etc.), a decisão pela migração (inclusive do indivíduo) pode ser uma deliberação coletiva, inclusive porque muitas vezes a família tem de arcar com os gastos necessários às mobilidades espaciais ou migrações.

Uma dificuldade que parece latente na análise dos significados da mobilidade espacial é a de diferenciar os ganhos do indivíduo migrante e os da família que permanece. Apesar da distância geográfica entre eles, as remessas de dinheiro por parte dos migrantes para as localidades de origem não são um fenômeno raro. A migração do indivíduo é muitas vezes motivada pelo intuito de enviar dinheiro aos familiares que permanecem na localidade de origem do migrante. Assim, uma decisão que pode inicialmente parecer individual pode se revelar uma espécie de projeto coletivo. Os que permanecem dependem, consideravelmente, da remessa de recursos dos que migram. O fato de os jovens e os solteiros serem mais predispostos a migrar que os casados (Mincer, 1978) pode ser explicado, por exemplo, pelo desejo de

conseguir um emprego e ajudar a família ou, de forma mais ampla, como parte da estratégia de reprodução social (da família).

De acordo com a abordagem histórico-estrutural, a migração é entendida como um processo influenciado pela conjuntura social, econômica e política existente em um determinado contexto histórico. A contextualização econômica e social do universo em que está inserido o migrante ou um potencial migrante é utilizada para apontar as causas subjacentes ao deslocamento populacional. Uma das principais perspectivas dessa abordagem tem por base as assimetrias regionais, que teriam papel fundamental no fenômeno da migração (Harris; Todaro, 1970), visto que regiões mais prósperas, mais dinâmicas e com maior oferta de trabalho tenderiam a atrair mais pessoas.

Um ponto importante dessa abordagem é a relação entre oferta de trabalho e escassez de mão de obra. Contextos em que há escassez de mão de obra atraem mais migrantes, uma vez que oferecem mais oportunidades tentadoras de trabalho. Em regiões com excedente de mão de obra, ao contrário, a tendência é pagar salários mais baixos. Essa relação tem como resultado certa equalização dos salários pagos nas distintas regiões, provocada pelos processos migratórios: a migração de trabalhadores faz aumentar os salários nas regiões perdedoras de mão de obra, e o fenômeno inverso ocorre nas regiões receptoras desses migrantes.

Para exemplificar a abordagem, Lewis (1954) procura elucidar seu modelo de migração a partir de dois contextos: um, capitalista (sociedade urbana e industrial), e outro, de subsistência (sociedades agrárias/atividades agrícolas). Neste, por apresentar um excesso de mão de obra, os salários seriam menores que os pagos na sociedade urbana/industrial, por sua vez, com salários fixos, maiores e mais atraentes. Com a migração para a cidade e a escassez de trabalhadores no meio rural, a remuneração no setor agrícola seria ampliada, diminuindo a diferença entre os salários rurais e urbanos. Dessa forma, o ajuste na diferença de salários entre mundos distintos (rural e urbano) ocorreria em virtude da migração.

Entretanto, essa explicação é consideravelmente limitada para compreender o que acontece em determinadas realidades empíricas brasileiras, considerando o peso da ocupação familiar na atividade agrícola visando ao autoconsumo (no caso das famílias rurais), em que geralmente predomina o trabalho dos próprios membros da família, sendo rara a presença de trabalhadores pagos (temporários e/ou permanentes). É o que ocorre, para nos atermos apenas a alguns exemplos, no Nordeste do Brasil, no norte e nordeste do Estado de Minas Gerais e no interior do Espírito Santo. Além disso, na própria realidade brasileira, são consideravelmente elevadas as taxas de desemprego no meio urbano, apesar de os dados relativos a 2013 indicarem

o menor índice registrado no país desde 2002 (IBGE, 2013). Entretanto, em 2016, havia, na realidade brasileira, 11,8 milhões de desempregados (Carvalho, 2016), ou seja, o sétimo maior índice mundial em termos percentuais (11,6%). Nesse sentido, há uma diferença entre a existência de salários atrativos e a empregabilidade, sendo que o primeiro fator não implica a existência do segundo.

Entender os sentidos e significados da mobilidade espacial, tomando como base a situação material e econômica do grupo familiar de origem do agente, remete à teoria microeconômica neoclássica (Sjaastad, 1962; Todaro, 1969). Sob essa perspectiva teórica, a migração é o resultado das assimetrias regionais, marcadas sobretudo pelas diferenças salariais entre regiões (a de origem e a de destino dos migrantes) e pelas taxas de empregabilidade (Harris; Todaro, 1970). Não se discute que o mercado de trabalho e suas dinâmicas constituem elemento importante na conformação da mobilidade espacial, como apontam os Novos Economistas da Migração do Trabalho (Stark; Bloom, 1985; Stark; Taylor, 1989). Todavia, é importante considerar todos os outros elementos (materiais e simbólicos) que podem estar por trás do fenômeno da mobilidade espacial, por exemplo, a saída orientada pelo sentido de não pertencimento ao lugar de origem, motivado por fatores imateriais diversos, tais como homofobia, misoginia, racismo e machismo.

A dinâmica do mercado de trabalho, a falta de uma infraestrutura social, os baixos rendimentos oriundos da inserção no mercado laboral local, dentre outros, na região de origem do agente da mobilidade espacial, podem influenciar a saída de pessoas e/ou indivíduos dessas regiões. Entretanto, há outros elementos presentes no fenômeno da mobilidade, como a saída de jovens como uma tentativa de não permanecer subalternos no campo familiar em relação aos pais. Ou seja, é necessário entender um conjunto de elementos que conformam as práticas de mobilidade. Dentre eles, a saída de indivíduos como uma tentativa de permanência do grupo familiar em seus locais de origem.

Uma terceira vertente tende a reunir as duas abordagens, ou seja, as teorias neoclássica (micro) e histórico-estrutural (macro), sob uma perspectiva domiciliar (ou familiar) de análise dos processos. Um dos elementos centrais dessa abordagem é o entendimento de que a decisão a respeito da migração é tomada não individualmente, mas por um conjunto de pessoas (famílias ou domicílios) que atuam coletivamente para potencializar a renda esperada, diminuir os riscos e enfrentar as dificuldades de um mercado imperfeito. A decisão pode ser pela migração do indivíduo ou de toda a família (dependendo das possibilidades) que, nesse caso, procura inserir os membros familiares em setores produtivos diferentes como uma possibilidade de

minimização dos riscos. O ponto-chave dessa abordagem, portanto, é que a família, e não apenas o indivíduo, passa a ser o elemento referencial para a análise tanto dos processos migratórios quanto dos fatores relacionados à permanência.

Essa proposta de privilegiar os aspectos objetivos e subjetivos da mobilidade espacial e da permanência, além de tentar contribuir para o debate do economicismo, consegue apresentar tipos de mobilidade e as condições de permanência, qualificando-os. O uso do conceito de migração sem uma qualificação força a perda de seu valor heurístico, tornando-o, muitas vezes, vago e sem sentido. Para isso, deve-se ter clareza da natureza multidimensional tanto da mobilidade espacial e das migrações quanto da permanência, apropriando-se das contribuições de todas as abordagens, mas privilegiando a abordagem domiciliar/familiar.

A mobilidade espacial, como elemento constitutivo das próprias dinâmicas de reprodução social e econômica das populações, tem especificidades que devem ser bem identificadas e qualificadas como um fato social, determinada por inúmeros elementos e emoldurada por uma realidade histórico-social e geográfica concreta.

A análise parte da premissa de que uma trajetória social pode ser longamente marcada por uma história de mobilidades espaciais, com saídas que sofrem variações nos e entre tempos e espaços, assumindo diferentes significados, como a possibilidade de melhoria das condições materiais (alimentação, vestimenta, meio de transporte, acesso a medicamentos etc.) e também das condições imateriais (possibilidade de aquisição de status pelo indivíduo que sai de seu grupo familiar e da comunidade para “ganhar o mundo”). Considerando os diversos tipos de mobilidade e a eventual existência de determinadas redes (sociais, políticas, religiosas, econômicas e de trabalho) que os sustentam, o par permanências transitórias e trânsitos permanentes é proposto como uma introdução ao debate para demonstrar a dinâmica de mobilidades espaciais que o conceito de migração pode não dar conta de explicar ou tem seu valor heurístico limitado.

A migração aparece neste estudo como um processo social que reflete parte da complexidade da própria sociedade de origem e destino dos migrantes, mormente o ambiente social e econômico. A partir do fenômeno migratório, pode-se perceber contextos históricos muito específicos e elementos da escala local/regional, e até da global, que interferem na configuração da mobilidade espacial e da permanência.

Se há uma dimensão positiva da migração, tanto do ponto de vista social quanto econômico (Brito, 2009), em relação a quem parte, que serve como base para uma decisão calculada pela migração, ela pode, ao mesmo tempo, ser uma opção para a melhoria das

condições de vida dos que permanecem. As experiências migratórias podem significar, ao final, um projeto de permanecer na localidade de origem, e a mobilidade espacial passa a ser um dos determinantes desse fato social.

Para além da repulsão e atração: limites de abordagens economicistas sobre as mobilidades

Pelo dinamismo inerente às mais distintas sociedades, a migração e a permanência são fatos sociais totais que podem auxiliar na compreensão de como são produzidas e reproduzidas as relações sociais na sociedade contemporânea, sobretudo no início do século XXI, apresentando fenômenos específicos (micro) e até mesmo mais gerais (macro), como, por exemplo, os fluxos migratórios orientados pelas dinâmicas da economia, mesmo que, para entender satisfatoriamente o fenômeno da migração, seja necessário ater-se aos elementos materiais e imateriais em torno do referido fenômeno.

Na literatura sobre migrações (clássicas e pesquisas recentes), determinados recortes, em uma abordagem economicista, são englobados como “região de atração”, como, por exemplo, a Região Metropolitana de São Paulo, em oposição à chamada “região de repulsão”, como, por exemplo, no Nordeste do Brasil, no norte e nordeste do Estado de Minas Gerais e no interior do Espírito Santo. Pesquisar a circulação de pessoas, com saídas e retornos, permanências transitórias e trânsitos permanentes, torna necessário analisar com cuidado o que se apresenta como muito problemático: as denominadas “regiões de atração e repulsão”, entendendo a mobilidade social como parte da dinâmica da reprodução social dessas famílias ou indivíduos. Indo além, as pesquisas sobre migrações tendem a construir um arranjo teórico e metodológico que sustente uma investigação em determinado ou determinados universos sociais, baseado principalmente nos aspectos econômicos.

Na perspectiva macroestrutural, como, por exemplo, nos enfoques neoclássicos e marxistas, a mobilidade espacial surge como face de um desequilíbrio das economias regionais (Carleial, 1994; Gaudemar, 1977; Lee, 1966; Todaro, 1976). Os fluxos populacionais surgem como um elemento balizador das assimetrias regionais, pelas diferenças de rendimentos, salários, dinâmica do mercado de trabalho, entre outros. Nessa abordagem social da mobilidade no espaço, a constituição desses fluxos é, na perspectiva macroestrutural, resultado de decisões individuais. Como elementos modeladores da mobilidade espacial, essa migração seria resultante das características regionais: regiões de atração e regiões de repulsão (*pull-push factor*), determinadas por elementos relativos à economia e à infraestrutura.

Centrar a pesquisa nas chamadas “áreas de atração” pode apontar para deslocamentos temporários que se referem a movimentos de trabalhadores (migrantes do trabalho), os quais são constantes, envolvendo diferentes gerações (pais migrantes, filhos migrantes, parentes migrantes) e representando um tipo de mobilidade que coloca em xeque os próprios conceitos de região de origem e destino, de região de repulsão e atração e, mais profundamente, o conceito de migração.

Ao longo dos episódios da vida dos indivíduos (casamentos, nascimentos, formação de novas residências pela constituição do matrimônio etc.), eles podem sair (migrar) e retornar aos seus locais de origem, muitas dessas localidades denominadas na literatura como “regiões de repulsão”. Essa mobilidade pode ser a marca de suas histórias e de suas famílias. Embora a saída possa influenciar a mudança de residência para a cidade ou para outras regiões do país, essa mobilidade espacial pode ser recorrentemente motivada pelo desejo de retorno à terra de origem. É também um dos mecanismos de sustentabilidade econômica dessas famílias, que deve ser entendido como um forte elemento para a manutenção do grupo familiar na unidade de produção e um dos fatores que pode determinar a própria fixação do migrante no campo, na atividade agrícola e em seu lugar de origem. Sair para ficar. Ficar no mundo rural. Ou migrar para permanecer residindo em cidades pequenas, com campo de trabalho limitado, ou seja, limitado campo de possibilidades.

No campo acadêmico brasileiro, as migrações são estudadas, não raro, desconsiderando a diversidade que esse universo social apresenta, perceptível também em microescalas de análise, como, por exemplo, no corpo e nas existências que expressam condições de etnia, raça, classe, gênero, sexualidade, dentre outros, que podem elucidar motivações para a migração (ou permanência) de pessoas que residem em determinadas localidades e com condições socioeconômicas semelhantes. A economia e a categoria trabalho ajudam a explicar mobilidades espaciais, circularidades e migrações, mas possuem suas limitações. Essas análises tendem a explicar a formação das mobilidades, circularidades e migrações a partir da repulsão e atração. Entre os fatores de repulsão estão a pobreza econômica e o desemprego, ao passo que, entre os fatores de atração, estão as possibilidades de melhores empregos e salários. Esses fatores tendem a apresentar a condição sistêmica em determinada escala, em toda uma área ou país.

Pesquisas realizadas por nós trazem evidências incisivas de que as explicações baseadas em repulsão e atração apresentam muitos limites. Pesquisas desenvolvidas no Nordeste do Estado de Minas Gerais apontam que os “fatores de repulsão” explicam satisfatoriamente por

que certas pessoas (ou famílias) se inserem em trajetórias de mobilidades espaciais (circularidades e migrações). Elas explicam as motivações para a saída, para a mudança, mas não ajudam a entender por que pessoas e famílias com condições socioeconômicas similares não migram. Evidentemente, há muitas outras variáveis em questão. Uma possível contribuição é explicar as mobilidades espaciais, circularidades e migrações considerando variáveis menos sistêmicas. Outro ponto é que o foco no indivíduo não é suficiente. A migração pode ser um projeto individual, mas a decisão é sempre coletiva. A migração é uma produção socioespacial. Outro ponto, já apontado pelos estudos populacionais, refere-se à natureza da mobilidade espacial, ou seja, indivíduos ou famílias circulando temporariamente, sem que ocorra um processo de transferência da população de regiões “estagnadas” para regiões “modernas”. Trata-se de trânsitos permanentes e permanências transitórias.

Os recortes espaciais que, na literatura, aparecem como áreas de atração trazem um reducionismo: as variáveis são sempre econômicas, numa dinâmica representativa do avanço do capitalismo no país. As migrações internas resultariam da conformação de uma desigualdade entre as regiões brasileiras, a partir da centralização das atividades industriais em determinadas cidades, como as capitais São Paulo e Rio de Janeiro, exemplo emblemático (Becker, 1997). A racionalidade da emigração é muito mais complexa do que se tratam as áreas de atração e repulsão. As evidências da pesquisa na chamada área de repulsão, juntadas às evidências de pesquisas nas chamadas áreas de atração, podem auxiliar na compreensão de condições mais amplas: as características singulares das migrações e circularidades no Brasil, a formação e reprodução dos fluxos migratórios, as assimetrias regionais, as condições materiais e imateriais que fazem da emigração uma possibilidade e da permanência uma resistência, ou seja, sair para ficar. A saída como possibilidade de permanência.

As migrações são nós e fluxos que emergem como um momento territorial ou escalar, em uma dinâmica multideterminada e uma variedade de processos que se entrecruzam em concentrações particularmente acentuadas. De acordo com a abordagem histórico-estrutural, a migração é entendida como um processo influenciado pela conjuntura social, econômica e política existente em determinado contexto histórico. A contextualização econômica e social do universo em que está inserido o migrante ou potencial migrante é utilizada para apontar as causas subjacentes ao deslocamento populacional. Uma das principais perspectivas dessa abordagem tem por base as assimetrias regionais, que teriam papel fundamental no fenômeno da migração (Harris; Todaro, 1970), visto que regiões mais prósperas, mais dinâmicas e com

maior oferta de trabalho tenderiam a atrair mais pessoas. A questão é que as migrações transitórias podem trazer, em seu íntimo, a possibilidade de retorno ao ponto de partida.

Na perspectiva macroestrutural, Lopes (1971) analisou a migração no Brasil como um processo de transferência da população de regiões “estagnadas” para regiões “modernas”, numa dinâmica representativa do avanço do capitalismo no país. As migrações internas resultariam da conformação de uma desigualdade entre as regiões brasileiras, a partir da centralização das atividades industriais em determinadas cidades, como as capitais São Paulo e Rio de Janeiro².

Na análise de Singer (1976), na década de 1970, o campo constituía um espaço de repulsão populacional, principalmente em decorrência da concentração de terras em mãos de grandes proprietários e da predominância, em certas áreas do país, de culturas de subsistência com produção limitada, resultado da insuficiência de terras para cultivo, de limites de crédito e da dificuldade de comercialização, entre outros motivos. Nas palavras do autor, essas regiões eram “produtoras” de mão de obra para as regiões mais dinâmicas do Brasil, que atraíam os mais importantes fluxos migratórios.

Bem próximo ao pensamento de Singer³, Durham (1978) reitera que a migração é resultante das desigualdades regionais, que levam as populações a se deslocar de áreas atrasadas e estagnadas para regiões “desenvolvidas” e “modernas”. No Brasil, a partir da década de 1930 e intensificado na década de 1950 com o crescimento do setor industrial, ocorre um grande deslocamento populacional em direção às cidades, assumindo o campo o papel de um “criatório” de migrantes.

Para alguns autores, a mobilidade populacional brasileira está relacionada principalmente à industrialização e ao processo de urbanização do país. Essas análises macroestruturais evidenciam uma relação funcional entre as regiões, de modo que, na distribuição da população brasileira, certas regiões, como o Nordeste, seriam fornecedoras de mão de obra, principalmente para a Região Sudeste industrializada. Essa visão foi responsável pela construção de certo consenso, ao apontar que a mobilidade socioespacial era motivada por

² Entretanto, a maior mudança na estrutura empregatícia no Brasil ocorreu com a passagem de trabalhadores do setor primário para o terciário, sem passar pela industrialização, e com forte peso de ocupações informais, ainda que “a partir dos anos 60, a concentração da atividade industrial urbana e o estímulo à modernização da agricultura foram fenômenos que caminharam juntos no país, produzindo fluxos de grandes magnitudes para os contextos urbanos” (Becker, 1997, p. 349).

³ Baseado em uma perspectiva materialista, Singer (1973) analisa as migrações internas no Brasil associadas às transformações estruturais. Como qualquer fenômeno social, as migrações internas são historicamente condicionadas, resultando de um processo global de mudanças. Para o autor, há uma diferença entre as condicionantes estruturais, que estimulam os deslocamentos, e os fatores subjetivos e características pessoais dos migrantes. De acordo com Singer, as causas da migração devem ser buscadas na origem, nos elementos que a estimulam e nos que tornam outras localidades atrativas.

questões econômicas, de forma que os migrantes, ao saírem de seus locais de origem, tinham como objetivos a inserção no mercado de trabalho e o aumento da renda e do bem-estar (Martine, 1982), a fim de melhorar suas condições de vida.

Outros autores, no entanto, entendem o fenômeno como estratégia de reprodução social das famílias, incorporando assim os significados da migração para os próprios grupos e/ou agentes envolvidos nesse processo social. Garcia Júnior, por exemplo, em seu livro *Sul: a caminho do roçado*, demonstra como a migração representa uma condição para a reprodução social de famílias camponesas no Nordeste. Publicada na década de 1990, a obra mostra que a saída de camponeses do Nordeste para o Sudeste não representa necessariamente uma saída definitiva do agente de seu local de origem, visto haver sempre a possibilidade de retorno, o que comprova que o fenômeno é delimitado temporalmente.

No âmbito geral, não se pode ignorar que os fatores econômicos têm grande peso quando uma família ou um indivíduo escolhe migrar, ainda que, em determinados contextos sociais, permanecer não se coloque como possibilidade. Segundo as abordagens macroestruturais, as dinâmicas do mercado de trabalho, as assimetrias regionais, as diferenças salariais inter-regionais e a possibilidade de obtenção de emprego têm grande influência na definição da localidade de destino e podem ser decisivas no processo migratório.

Entretanto, mesmo havendo forte peso do fator econômico nesse processo, é preciso considerar igualmente a multideterminação tanto da migração quanto da permanência. Questões de gênero/sexo, educação formal/escolaridade, idade, aspirações individuais e de grupos sociais, sentimento de pertencimento (ou não) e muitos outros aspectos perceptíveis nas biografias e/ou histórias de vida podem qualificar o fenômeno da saída e da permanência. Aceitando que o agente da migração avalia racionalmente sua localidade de origem frente às outras e considera que a decisão de sair pode ser uma alternativa, essa mesma avaliação pode também determinar que a saída seja temporária, dependendo do campo de possibilidades presente em cada universo social específico.

Se há prevalência dos fatores econômicos, os não econômicos, como o sentimento de não pertencer ao mundo social de origem, podem auxiliar no entendimento de que nem sempre a migração ocorre por insatisfação com o trabalho ou os rendimentos existentes na localidade de origem, bem como no esclarecimento das possíveis influências na decisão tanto de permanecer quanto de migrar.

Em pesquisa com camponeses no estado de Sergipe, Woortmann (1990) concluiu que a migração não era apenas consequência da precariedade das condições de existência, mas prática

integrante das próprias estratégias de reprodução desse grupo social. Garcia Jr. (1989) e Woortmann (1990), diferentemente dos autores envolvidos em estudos macroestruturais, privilegiam em suas análises os agentes sociais da migração e defendem que a saída de alguns indivíduos pode representar uma condição para a permanência da família camponesa no seu local de origem. Ao demonstrarem a circulação de pessoas, com saídas e retornos, afastam-se do conceito de regiões de atração e repulsão, entendendo a mobilidade social como parte da dinâmica de reprodução social dessas famílias.

Na mesma direção dessas abordagens “microestruturais”, Silva e Menezes (2007) demonstraram que o migrante pertence a uma realidade social definida por laços familiares e de vizinhança, valores e ideologias que configuram uma relação de pertencimento a determinado espaço social e cultural, um conjunto, portanto, de situações concretas e particulares. Essa afirmação conduz a uma reflexão, a partir de realidades empíricas, que impede restringir a dinâmica de “sair e ficar” a fatores econômicos, entendendo-a como um fato social total (Sayad, 1998). Ou seja, a mobilidade espacial pode ter significados diversificados e não restritos apenas à possibilidade de inserção no mercado de trabalho ou de aumento de renda.

Considera-se que os indivíduos ou as famílias às quais pertencem não podem ser tratados simplesmente como índices estatísticos (cifras), nem como passivos em relação às forças econômicas determinadas por contextos externos à família. Em grande medida, são agentes ativos nos processos, em que a saída pode decorrer de inúmeros fatores não estritamente econômicos, ainda que a busca por emprego possa ser, muitas vezes, um dos principais fatores modeladores desse fenômeno.

Nas regiões norte e nordeste de Minas Gerais, localizam-se os 30 municípios mais pobres economicamente do estado (Batista, 2016), e essa pobreza está presente, sobretudo, entre os povos rurais. Uma carga de leituras adquirida ao longo da graduação, do mestrado e de pesquisas anteriores desenvolvidas nessa região aponta para a necessidade de ampliar as investigações, a fim de entender a mobilidade espacial, envolvendo tempos e espaços diferenciados e significações diversas, visto que esses dados conferem maior complexidade aos fluxos demográficos.

Outra questão relevante a ser pesquisada refere-se à permanência das famílias rurais na região de origem (por escolha ou pela impossibilidade de migrar) e aos elementos que a condicionam. Em especial, o “sentido” da permanência deve ser analisado com maior profundidade. No âmbito regional, aos fluxos migratórios estão ligados dois fenômenos

socioculturais: a mobilidade espacial, principalmente de famílias rurais, movida por razões econômicas (busca por trabalho e renda), e o processo de desruralização (Costa *et al.*, 2008), em decorrência do abandono do campo como lugar de trabalho e morada. Toda essa discussão corrobora o pensamento de Haesbaert (2009, p. 246), quando afirma que “migrante é uma categoria muito complexa e, no seu extremo, podemos dizer que há tantos tipos de migrantes quanto de indivíduos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios”.

Entender os sentidos e significados da mobilidade espacial, tomando como base a situação material e econômica do grupo familiar de origem do agente, remete à teoria microeconômica neoclássica (Sjaastad, 1962; Todaro, 1969). Sob essa perspectiva teórica, a migração é o resultado das assimetrias regionais, marcadas sobretudo pelas diferenças salariais entre regiões (a de origem e a de destino dos migrantes) e pelas taxas de empregabilidade (Harris; Todaro, 1970). Não se discute que o mercado de trabalho e suas dinâmicas constituem elemento importante na conformação da mobilidade espacial, como apontam os Novos Economistas da Migração do Trabalho (Stark; Bloom, 1985; Stark; Taylor, 1989); todavia, é importante considerar todos os outros elementos (materiais e simbólicos) que podem estar por trás do fenômeno da mobilidade espacial, por exemplo, a saída orientada pelo sentido de não pertencimento ao lugar de origem, motivada por fatores imateriais diversos, tais como homofobia, racismo e machismo.

A dinâmica do mercado de trabalho, a falta de uma infraestrutura social, os baixos rendimentos oriundos da inserção no mercado laboral local, dentre outros fatores, na região de origem do agente da mobilidade espacial, podem influenciar a saída de pessoas e/ou indivíduos dessas regiões. Entretanto, há outros elementos presentes no fenômeno da mobilidade, como a saída de jovens como uma tentativa de não permanecer subalternos no campo familiar em relação aos pais. Ou seja, é necessário entender um conjunto de elementos que conformam as práticas de mobilidade, dentre os quais se inclui a saída de indivíduos como uma tentativa de permanência do grupo familiar em seus locais de origem. Dito isso, as afirmações sobre “regiões de repulsão” generalizam ao considerar o fator econômico como determinante de uma migração (ainda que temporária). No limite, amplificam os estigmas ao considerar apenas a dinâmica do mercado de trabalho e a economia, projetando para as chamadas regiões de repulsão valorações negativas que constituem uma problemática para pessoas que vivem intensamente o lugar, mas que atribuem valorações positivas — ser, pertencer, fazer parte etc. — cuja leitura econômica está longe de captar. Por fim, essas chamadas regiões de repulsão são mais determinadas pelos “de fora”, em textos acadêmicos ou relatórios de agências de

desenvolvimento, contrastando com aqueles que vivem nessas regiões e elaboram suas leituras para além da economia, por exemplo, baseadas na cultura. A produção e representação das chamadas regiões de repulsão podem ser questionadas pelos sujeitos a partir de uma complexa inserção e imersão das pessoas que nelas vivem, impregnadas de uma profunda carga simbólica que tenta desconstruir qualquer estigma socioeconômico — geralmente associado à pobreza — valorizando a riqueza cultural, a coesão das relações sociais, o pertencimento etc.; enfim, um conjunto de valorações positivas mobilizadas afetiva e efetivamente na tentativa de superar o estigma, como caso emblemático do Vale do Jequitinhonha (MG), onde a população apoia-se na literatura, poesia, música, artesanato, dentre outros, para disputar simbolicamente um significado de região e reforçar uma ideia de Vale da Cultura.

Considerações finais

A mobilidade espacial, como elemento constitutivo das próprias dinâmicas de reprodução social e econômica das populações, tem especificidades que devem ser bem identificadas e qualificadas como fato social, determinada por inúmeros elementos e emoldurada por uma realidade histórico-social e geográfica concreta.

A análise parte da premissa de que uma trajetória social pode ser longamente marcada por uma história de mobilidades espaciais, com saídas que sofrem variações nos e entre tempos e espaços, assumindo diferentes significados, como a possibilidade de melhoria das condições materiais (alimentação, vestimenta, meio de transporte, acesso a medicamentos etc.) e também das condições imateriais (possibilidade de aquisição de *status* pelo indivíduo que sai de seu grupo familiar e da comunidade para “ganhar o mundo”). Considerando os diversos tipos de mobilidade e a eventual existência de determinadas redes (sociais, políticas, religiosas, econômicas e de trabalho) que os sustentam, o par *permanências transitórias e trânsitos permanentes* é introduzido no debate para demonstrar a dinâmica de ir-ver-viver-estar-voltar, ou até mesmo ir-ver-viver-ficar, sem desconsiderar a possibilidade do retorno.

A migração aparece neste estudo como um processo social que reflete parte da complexidade da própria sociedade de origem dos migrantes, mormente o ambiente social e econômico. A partir do fenômeno migratório, pode-se perceber contextos históricos muito específicos e elementos das escalas local, regional e até global que interferem na configuração da mobilidade espacial e da permanência.

A pesquisa, portanto, orientada pelos seguintes pressupostos teóricos e metodológicos no âmbito da Geografia da População, poderá tratar de alguns temas ainda latentes nas agendas de pesquisa: I – entender a razão pela qual pessoas ou famílias migram ajuda a explicar, em grande medida, o universo social, cultural, econômico e até ambiental de seu local de origem; II – a migração (temporária ou definitiva) tem grande peso para a própria permanência de pessoas e/ou famílias em suas localidades de origem; III – em localidades marcadas por forte migração, algumas pessoas ou famílias com capital cultural ou econômico/monetário semelhante ao dos que migram permanecem, caracterizando, muitas vezes, uma imobilidade; IV – entender a migração pode ser uma possibilidade para compreender a permanência e as condições em que se encontram determinados grupos sociais que optam por essa alternativa; V – migrações, transição demográfica e envelhecimento; VI – reestruturação produtiva e espacial e migrações, etc.

Se há uma dimensão positiva da migração, tanto do ponto de vista social quanto econômico, em relação a quem parte — que serve como base para uma decisão calculada pela migração —, ela pode, ao mesmo tempo, ser uma opção para a melhoria das condições de vida dos que permanecem. As remessas em dinheiro para as localidades de origem e a compra de determinados bens (fogão, geladeira, roupas, sapatos etc.) são indicadores de que o fenômeno migratório pode ocorrer individualmente, mas a deliberação pela partida é definida pensando no grupo de pertencimento do indivíduo. As experiências migratórias podem significar, ao final, um projeto de permanecer na localidade de origem, e a mobilidade espacial (com ou sem mobilidade social — mover-se na estrutura social) passa a ser um dos determinantes desse fato socioespacial.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil: tendências para o século XXI. **Revista NECAT**, v. 7, p. 9-29, 2015. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4481/3411>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- BAGANHA, M. I. Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal. In: PINTO, A. C. (org.). **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- BATISTA, E. H. A. **Entre trânsitos permanentes e permanências transitórias**: estudo sobre a reprodução social de famílias rurais pobres em Itinga, Minas Gerais, Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.
- BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BECKER, O. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, conceitos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 349.
- BRITO, F. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. p. 20.
- BRITO, F. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, N. (org.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1996.
- CARLEIAL, L. M. Integração internacional e (i) mobilidade da força de trabalho. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M.; NABUCO, M. R. (org.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- CARVALHO, S. S. D. Construção de séries longas de alta frequência de indicadores do mercado de trabalho com a PME e a PNADC. **Carta de Conjuntura**, n. 32, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/journalissue/a8e5dfc4-e5ad-4e94-aacb-f0e7bd4c1c36>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- COSTA, J. B. A.; LUZ, A.; FERREIRA, A. C.; DAYRELL, C. A. Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 1, p. 63-78, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1399>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- DURHAM, E. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo. Perspectiva, 1978.
- FAZITO, D. Análise de redes sociais dos sistemas de migração: dois aspectos fundamentais do retorno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 89-176, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZP8vtR8Dp6gDvMxrBpWf7td/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FELIX, G. A. **O caminho do mundo**: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental. Niterói: Eduff, 2008. 251 p.

GARCIA JR., A. R. **O sul**: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARRIS, J. H.; TODARO, M. P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna**: textos selecionados, teorias e métodos de análise. Tomo 1. Fortaleza: BNB, 1980. p. 173-209.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística, 2013.

LEE, E. S. A theory of migration. **Demography**, v. 3, p. 47-57, 1966.

LEVY, J. Os novos espaços da mobilidade. **Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF**, Niterói, v. 3, n. 6, 2002. DOI: 10.22409/GEOgraphia2001.v3i6.a13407. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13407>. Acesso em: 15 jan. 2025.

LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labor. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, v. 22, p. 139-191, 1954. DOI: 10.1111/j.1467-9957.1954.tb00021.x.

LOPES, J. R. B. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1971.

MAIA, C. J. **Lugar e trecho**: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. 1. ed. Montes Claros: Unimontes, 2004.

MARTINE, G. Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-de-obra no Brasil. In: SIMPÓSIO SOBRE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NA BASE DA PIRÂMIDE SOCIAL, 1982, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: SBPC, 1982.

MASSEY, D. S. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, v. 56, n. 1, p. 3-26, 1990. DOI: 10.2307/3644186.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos na trilha dos migrantes**: um estudo de famílias de camponês-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MINCER, J. Family migration decisions. **Journal of Political Economy**, v. 86, n. 5, p. 749-773, 1978. DOI: 10.1086/260710.

PÓVOA NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil: novos desafios para a análise. **Experimental**, São Paulo, v. 1, n.2, p. 11-24, 1997. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/269863272/Experimental-Migracoes-Internas-e-Mobilidade-Do-Trabalho-No-Brasil-Atual-Novos-Desafios-Para-a-Analise-Helion-Povoa-Neto>. Acesso em: 15 jan. 2025.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. Traduzido de: RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. *Journal of the Statistical Society*, v. 47, n. 1, p. 167-227, 1885. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna**: textos selecionados, teorias e modelos de análise. Tomo 1. Fortaleza: BNB, 1980. p. 19-88.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAYAD, A. **A imigração – e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **Revista Eletrônica do Nead**, Brasília/DF, v. 1, p. 1-14, 2007. (Versão Impressa).

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. **The Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, part 2: Investment in Human Beings, out. 1962.

STARK, O.; BLOOM, D. E. The new economics of labour migration. **American Economic Review**, v. 75, p. 173-178, 1985.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. **Demography**, v. 26, n. 1, p. 1-14, 1989.

TODARO, M. P. A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries. **The American Economic Review**, 1969.

TODARO, M. P. **Internal migration**. Developing countries: a review of theory, evidence, methodology and research priorities. Geneva: International Labour Office, 1976.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, n. 1, p. 35-53, 1990. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/546/pdf_520. Acesso em: 15 jul. 2025.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Não se aplica.
 - ☐ **Financiamento:** Não.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não.
 - ☐ **Aprovação ética:** O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa, mas não foi submetida ao CEP. Trata-se de uma revisão sistemática.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Não se aplica.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Concepção, sistematização da literatura sobre as temáticas tratadas no decurso do texto, escrita e revisão do texto.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

